

## MESA REDONDA APÓS O SEMINÁRIO “JUVENTUDE E TRABALHO”

**Palestrantes:**

Marisa FEFFERMANN<sup>1</sup>

Angela Viana Machado FERNANDES<sup>2</sup>

**Mediador:**

Augusto CACCIA-BAVA<sup>3</sup>

**RESUMO:** Questões suscitadas e reflexões possíveis sobre os dilemas cotidianos dos jovens são debatidas com seriedade e rigor por pesquisadores, educadores e estudantes. A busca por explicações sobre suas experiências e o desejo de mudança são alguns dos pontos altos desse encontro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude. Utopia. Projetos sociais. Ideologia. Consciência.

**ABSTRACT:** *Researchers, educators and students debate demanded questions and possible reflections about the daily difficulties of young people seriously and accurately. The searching for explanations, the speaking about regarding on their experiences and changing's desire are some of the high points of these meeting.*

**KEYWORDS:** *Youth. Utopia. Social projects. Ideology. Consciousness.*

**Marisa Feffermann** - Eu acho importante salientar que nós devemos ter muito claras as questões que estamos discutindo e também de que drogas estamos falando: do *crack* e da cocaína – pois são essas drogas que matam os jovens. E quando me perguntam se eu sou a favor da legalização, eu respondo que sou a favor, pois eu acho que o tráfico é uma coisa que não tem que existir e que, portanto, deve-se regularizar o comércio das drogas, para se pensar na questão da qualidade, no produto, pois nós sabemos que os meninos estão morrendo porque as drogas são todas “batizadas”.

Eu sou contra todo o tipo de droga, seja o *crack*, seja a cocaína, seja o álcool ou o cigarro. Eu não estou fazendo apologia à droga, mas sim, dizendo que se é para pensarmos seriamente na questão da saúde pública, então devemos pensar nessas questões todas, porque o álcool está matando mais do que qualquer outra droga e, por isso, devemos pensar no todo, no legal e no ilegal. Mas a questão maior que eu gostaria

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. São Paulo - SP – Brasil - 05508-030 - marisaf@usp.br. Autora do livro *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*, Editora Vozes, 2006.

<sup>2</sup> Professora Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Educação, Juventude e Políticas Públicas. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Ciências da Educação. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – angela@fclar.unesp.br.

<sup>3</sup> Sociólogo e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – augusto@fclar.unesp.br

discutir é a questão do *crack*. Ou nós olhamos para isso com todo cuidado, pois esses meninos morrem (digo isso porque eu sou pesquisadora do Instituto de Saúde). E quando falamos de tráfico, o assunto nem sequer é citado nas revistas dos Estados Unidos, pois não pode aparecer. Aparece AIDS aos montes. Mas, quem trabalha com a periferia, sabe que não dá tempo do jovem morrer de AIDS.

É importante, também, dizer que estamos falando aqui do uso abusivo de drogas, pois todo mundo usa droga, eu sou viciada num cafezinho, outros em cigarro, mas a questão maior do usuário abusivo está no seguinte tripé: a pessoa está, enquanto indivíduo, vulnerável. O *crack* é uma droga que em quinze segundos vai para o cérebro e em quinze minutos a pessoa fica fissurada para querer de novo. Isso cria uma violência em São Paulo, que se sobrepõe à violência do Rio de Janeiro. A violência do Rio passa pelo território, porque lá a cidade é menor e os traficantes brigam por esse território. Em São Paulo, que é grande e tem muito consumidor, não tem essa briga, não tem essa violência, mas tem a violência do micro consumidor e do traficante, que vai roubar na região.

Eu estava no Rio Grande do Sul, para uma banca, na casa de uma professora e eu vi lojas todas engradeadas e perguntei o que era aquilo. Ela me respondeu que lá era onde ficavam os “nóias”, os usuários de *crack*. Eles têm que ter cuidado de verdade. E depois, nós podemos inclusive discutir a questão do que são realmente essas comunidades terapêuticas. Eu achei muito bonito o trabalho da Angela, porque na verdade é isso o que acontece. Ele faz com que o jovem mude de droga, mude de dependência. Eu só queria reforçar que, quando falamos do *crack*, devemos falar com muito cuidado, pois não é brincadeira. Quem já viu – e eu já tratei muito desses casos – eu me lembro que em 1992, eu era recém formada e ligava para os centros de saúde e falava: “gente, tem menino de dez anos!”. E eles respondiam que isso era “ansiedade de uma psicóloga recém formada”. E, hoje, eu venho falar do PCC. Será a ansiedade de uma velha psicóloga? Não sei.

Eu estava dando uma palestra e o pessoal do jornal “Estadão” estava lá. Vieram falar comigo e me entrevistaram, mas publicaram a matéria falando de outros assuntos. Quanto ao PCC, existe uma regra, vocês se lembram do “debate”. E eu fiquei muito assustada, pois eu não tinha me dado conta de que era essa a realidade. Em primeiro lugar, qualquer crime organizado só existe com um braço do Estado. Nós estamos vendo o estado paulista vulnerável ao Primeiro Comando da Capital. Isso é importante de dizer, pois, o PCC não iria crescer se não houvesse algumas pessoas deixando a droga entrar, deixando a arma entrar, os telefones entrarem.

Em cada região há um “disciplina” e ele sabe quem é “irmão”, quem não é “irmão”. Para que o PCC começasse a ter respeito, a ordem foi a de “não matar”. Então, se diminuiu o número de mortes é porque a ordem é a de não matar. Só se mata

alguém depois de passar pelo “disciplina”. Eles podem quebrar perna, braço, mas não se mata mais. E está ficando de um jeito que, no estatuto, que eu trago aqui, o último ponto do estatuto é assim: eles tinham uma relação com o Comando Vermelho. Mas, hoje, eles não têm mais essa relação de “irmandade” com o CV; eles têm de respeito, porque o CV está matando muito.

Eu não estou fazendo apologia do PCC, eu estou olhando o nosso inimigo com outros olhos. Esses jovens não respeitam a regra burguesa, eles não respeitam a nossa lei, mas as leis do PCC, eles respeitam todas. Se ele briga com alguém da família, o “disciplina” vai chamá-lo para entender o que aconteceu, pois o que se quer é o respeito para que as pessoas possam entrar no Primeiro Comando. Não são todos que entram, pois, para entrar ele tem que ter duas outras pessoas, que são os seus “padrinhos”, e esses “padrinhos” que vão ficar “segurando” até onde você for. Hoje em dia, alguns casos podem ser resolvidos pelo “disciplina”, mas muitos casos são resolvidos pelo telefone. Então, na verdade, o debate não é totalmente presencial, alguns debates acontecem lá, há toda uma regra.

Os grandes traficantes, os grandes “irmãos” ficam o dia todo ao telefone (e isso eu digo com base em quarenta entrevistas, inclusive com as namoradas), o tempo inteiro tentando resolver essas situações. Eles se organizam para descobrir, por exemplo, quem roubou algo. E eles são extremamente machistas. Para eles, a pior coisa é a traição. Um exemplo: um menino saiu com a namorada de outro que está preso. É lógico que ele ia ser morto. Então fizeram uma ligação em conjunto: ela fala o que tem a dizer e eles ficam nesse discurso. Nesse processo, o que tinha sido traído disse que o outro estava certo, e ele pode sair livre. É no discurso que se constroem as regras e há inúmeros desses casos. Isso é assustador e ninguém quer falar sobre isso. Quem sempre me procura é a revista Carta Capital e, lá, eu posso dizer o que eu acho importante. E assim que acabar as eleições nós vamos poder falar mais sobre isso.

O importante é pensar que nós estamos vivendo em dois estados que se interligam, pois o PCC controla com regras muito claras, os nossos movimentos, que residimos no Estado de São Paulo. E eu digo no Estado de São Paulo porque é o estado que eu tenho estudado, mas eles também estão em outros lugares. E isso não é para nos assustar, mas é para ver que, do outro lado, nós temos uma política desorganizada. Também é importante pensar que são regras muito rígidas, muito autoritárias e aí vocês, cientistas sociais e educadores devem ver o que está acontecendo nesse estado de exceção neoliberal, dentro do qual, um excedente tem que morrer e, por outro lado, o crime protege algumas ou muitas pessoas com mão de ferro.

Do mesmo jeito que dentro de uma comunidade terapêutica você não resolve a questão social, e passa a ser dependente de outra coisa. Nós, que trabalhamos na periferia sabemos o quanto isso pesa, pois eles vão criando uma “religião”. Coisas do

tipo: 'eu voltei e estou sendo ameaçada. Eu sei que o PCC vai me ajudar'. Isso é muito sério: é um lugar de segurança e, aí, você se pergunta: que moral é essa? Que lógica é essa? É um lugar que eles imaginam que podem confiar. É muito interessante pensar quais são as lógicas que definem uma coisa ou outra. E o mais assustador é que há mulheres que são mães de ex-internos da FEBEM, ou pessoas que já viveram isso e que trazem isso como referência: não aquela do traficante bonzinho que faz festa, mais que isso. É a do PCC, enquanto garantia de legitimidade para elas continuarem vivendo. É nele que "dá para confiar", no resto não dá.

Para terminar, diminuiu (e eu ponho a minha mão no fogo) o índice de mortalidade em São Paulo, porque o PCC não mata mais. O número de homicídios entre civis diminuiu. Aqui eu peço para que vocês, que estão estudando dêem mais importância a esse assunto, que todos nós achamos assustador e acabamos não ouvindo, ou não conseguindo ouvir os fatos narrados. Porque, quando eu fiz essa pesquisa, o PCC ainda não estava tomando conta da situação.

No centro da capital de São Paulo existe um lugar chamado "crackolândia" que, por acaso, é do lado do DENARC e é muito estranho isso. Eu estava fazendo a pesquisa e o celular do meu colega foi roubado e eles vieram dizer, para nós, que era só chamar o "irmão" que ele resolvia. Casos pequenos são resolvidos pelo PCC. Se alguém rouba algo, as pessoas que moram na região sabem quem é o "disciplina" e o chamam para resolver o caso, inclusive a punição, se o caso envolver a pessoa que tiver sido roubada e ela quiser dar alguma punição, ou não, e é assim que as coisas estão se resolvendo. É uma loucura isso que está acontecendo com a nossa justiça, com a nossa sociedade.

**Antonio Alberto Brunetta** (doutorando em Sociologia) – Professoras, qual é a utopia de vocês com relação aos seus trabalhos de pesquisa? Como é que você, Marisa, imagina que o seu livro esteja sendo lido e utilizado e como você desejaria que ele fosse lido e utilizado? Qual o limite da compreensão que você atingiu com a realização dele e como isso compromete esse sentido que se atribuirá a ele? Angela, que utopia dá para se ter, trabalhando com esse universo de jovens e com as comunidades terapêuticas? Será que ainda é possível ter uma utopia, se há 60 anos, Erich Fromm disse que nós aprendemos a viver como autômatos e hoje, quando a liberdade nos é oferecida, nós a recusamos, preferimos continuar vivendo sob a tutela do líder? É possível, por exemplo, sonhar com a autonomia, e não com a substituição da dependência? Eu preciso dessa resposta para sustentar a minha condição de pesquisador.

**Angela Viana Machado Fernandes** - Existem formas de você olhar o seu objeto de pesquisa: ou você olhar para ele, que é no que eu acredito mais, como "fazer do limão uma limonada" e observar aquilo que você está olhando, e que você está vendo com

dificuldade, e ver de que forma você pode superar essas dificuldades. É claro que eu falo sobre as comunidades terapêuticas e a Marisa coloca a questão do *crack*, que é “barra pesada” mesmo e, por sua vez, comecei a estudar isso para entender esse processo (eu tenho um filho que é usuário de *crack*) e o meu mundo não é mais feio por conta disso. Pelo contrário, eu acho que muitas descobertas eu fiz graças ao meu filho, com um olhar muito interessante mesmo, de tentar ver esse universo, não de uma forma crítica formal. E, é claro, que eu já disse que tem hora que você quer “matar” o traficante e tem hora que você quer “matar” o seu filho, mas quando você coloca na balança e vê que esse menino, que está no tráfico é um trabalhador do tráfico... (e eu consigo ter essa visão). Mas essa visão, mesmo como mãe de um menino que é dependente de *crack*, de olhar isso com carinho, não querendo fazer justiça com as próprias mãos e dizer que, porque o meu filho é usuário de *crack* os traficantes todos devem ser mortos... Não, não é dessa forma que eu vejo a realidade e não é a forma que eu entendo melhor para buscar soluções.

Por que nós não vamos encontrá-la, porque nós estamos vivendo em uma sociedade capitalista e as diferenças são postas. É muito difícil mudar a realidade dentro desse processo, mas é possível mudar a sua forma de ver o mundo, porque senão, nós passamos a olhar o mundo de um único jeito, e é no momento em que nós publicamos as nossas pesquisas que se torna possível, para todos pensarem a respeito dessas questões. Refletir, criticar e buscar saídas.

**Marisa Feffermann** – Há uma coisa que eu acho importante, pois os meninos falam uma coisa, e eu, pela convivência com eles, vou provocar um pouquinho dizendo: fala-se que eles não vão atrás (do consumidor) Essa coisa de que eles vão à frente da escola não acontece. São os usuários que procuram os traficantes e isso precisa ficar claro.

A palavra utopia é muito complexa e, portanto, eu vou pensar qual é a minha proposta enquanto pesquisadora. Eu penso que a pesquisa tem uma função orgânica de ressignificar a realidade. Nós temos uma mídia, uma indústria cultural que trabalha de um jeito e nós, pesquisadores, vamos testar um campo, porque é importante o trabalho em campo, utilizando teóricos que nos ajudem a pensar, pegar um objeto e ressignificar essa realidade. Por exemplo: eu tenho uma posição política e uma militância, da qual eu já falei. Uma coisa é eu falar dessa militância como militância, outra coisa é eu estar na academia e usar o discurso de teóricos para ressignificar isso.

Na verdade eu acho que a academia, e é lógico que tem gente que vem criticando a academia, e hoje em dia é difícil (me desculpem falar isso que foi a primeira coisa que eu falei) encontrar acadêmico ou academias que façam um trabalho como do professor Augusto, como o da professora Angela, ou que, modéstia à parte, eu também busco fazer. E o trabalho que, pelo que eu ouvi do tema de pesquisa que vocês, estão fazendo.

As pessoas buscam fazer trabalhos que permitem financiamento, trabalhos menos complicados, que tenham financiamento e que reproduzam a lógica instrumental, na qual, na verdade, não se produz e não se ressignifica a sociedade. Nossa função, enquanto acadêmicos, é a de olhar, como a Ângela disse, por outro ponto de vista, é ressignificar.

O que acontece com o livro que eu publiquei, com a minha pesquisa? Eu sei que ele está sendo utilizado em algumas faculdades de Psicologia, algumas de Direito, no sentido de ressignificar, no sentido de que até então, isso era visto de uma outra forma. Hoje, uma professora fez uma pesquisa de campo com base num teórico da Alemanha, um teórico *hard*, com uma teoria marxista, num sentido de mostrar que a sociedade está desse jeito e que eu mostro “por A + B”, uma outra lógica. Então a pesquisa é uma pesquisa militante, uma pesquisa que ressignifique. E não podemos nos esquecer do teor teórico e metodológico. Nós vamos utilizar a mesma lógica e trabalhar em cima disso.

Imaginem se todos nós pudéssemos trabalhar com pesquisas de rigor metodológico e rigor teórico, para ressignificar essa sociedade. O que acontece é que na maioria das militâncias com as quais me envolvo, de acadêmica só estou eu.

Em primeiro lugar, se você considera que, enquanto acadêmico, pode ressignificar e dar um outro olhar para essa realidade, que está sendo mascarada por uma mídia que produz uma outra realidade; mascarada por uma escola, que infelizmente reproduz o *status quo*; por uma religião (e eu não estou criticando nenhuma religião) que mantém as pessoas no lugar em que estão, de culpabilizados e criminalizados. A academia, por “ser ciência” deve, pois, pensar dialeticamente essa realidade, a nossa função. Eu não sei se eu tenho utopia, eu vejo que é no meu andar, é caminhando que se faz. Nesse caminhar, estando aqui com vocês, nesse lugar, ouvindo e pensando em projetos, o tempo inteiro tentando pôr o dedo na ferida. Eu acho que nós sempre temos a utopia de ressignificar essa sociedade.

Eu participei de um seminário muito bonito agora no Rio chamado “Pelo fim do encarceramento”, em que o professor falou muito claramente que não dá para se pensar em abolicionismo e outras coisas numa sociedade que oprime o sujeito. Então nós vamos tentar o tempo inteiro, paralelamente, pondo o dedo na ferida, apontando e ressignificando, e mostrando o outro lado da moeda, pois é isso que nós, pesquisadores, temos que fazer, para quebrar algumas estruturas. Eu acho que outras militâncias, se dão em outros espaços (a academia não é o lugar de quebrar tudo, no sentido de quebrar todas as estruturas). Mas, com certeza, a academia poderia ser um lugar de instrumentalizar as pessoas para uma mudança. Se cada um de nós pensar desse jeito, ela pode ter um sentido. O problema é que hoje a academia está virando uma indústria como qualquer outra. Indústria de diploma, de mercadoria em que você faz a sua tese, coloca no site e as pessoas vão fazendo bricolagem. Qual é o sentido que isso tem para

a sociedade? Ao contrário, eu tenho que aproveitar que, por ser doutora, eu posso ser escutada no jornal, por ter feito uma pesquisa que se contrapõe ao *status quo*.

**Antonio Alberto Brunetta** - Com relação à violência que envolve a criança e o adolescente, que é o tema que eu conheço mais, a primeira fonte de informação é a polícia. Por isso eu acho que seria muito bom se, um dia, nós pudéssemos ser mais ouvidos. E, também há a nossa responsabilidade em buscar esse espaço junto a essa corporação, pois até hoje as fontes de informações, ao que me parece, são outras.

**Henrique Sanioto** (educador da Fundação Casa) - Eu vim de uma família desestruturada, com um pai alcoólatra que espancava a mãe e todas as crianças que viam toda essa desestrutura familiar. Talvez isso tenha me feito estudar (eu não fui fazer psicologia), pois os projetos sociais dos quais a minha família participou fizeram com que os meus irmãos ou a minha família não se tornassem os futuros traficantes ou parceiros, porque eu sei que isso dava bastante dinheiro. Era um dinheiro muito mais fácil, mesmo sabendo que se poderia perder a vida. E não somente o tráfico, como também a questão da sexualidade e outras formas de exploração, que não foram abordadas aqui e que são muito sérias e que eu presencio no meu trabalho com as crianças e, também, durante os cinco anos em que eu trabalhei na FEBEM. Por outro lado, essa questão da utopia é bem difícil, pois o meu vício, então, é por esses projetos sociais, que me tornaram a pessoa que eu sou hoje. Eu sou viciado em ajudar as crianças a fazer esporte, teatro, música, pular, virar pirueta e ficar feliz. Eu saí de um desses projetos e, portanto, sou uma experiência viva disso e acho muito válido.

Em contrapartida, se eu não tivesse tido isso, o que eu seria, eu pergunto para vocês, onde será que eu estaria? Se eu não tivesse tido a chance de ter participado dos projetos sociais que eu participei? Eu saí de São Paulo, vim para Araraquara e encontrei o SESI, que tinha atividades sociais, culinária, e nós ficávamos lá o dia inteiro, desde a hora que abria até a hora que fechava. Porque nós não queríamos voltar para casa, porque tínhamos que estar com a mente ocupada. Essa questão é bastante séria e trazer isso para a pesquisa é importante, para que as pessoas entendam que existem caminhos para a transformação e, se nós conseguirmos ajudar um, dois, três, isso já é fabuloso e eu me considero essa ajuda, e isso não é utopia. Eu sei que as pessoas não dão o valor necessário para as pesquisas, que nós precisamos escrever livros e outras coisas mais – que às vezes não servem para nada, ficam na biblioteca ou no site e ninguém acessa. Eu acredito que todos nós, educadores, sociólogos, deveríamos pôr mais a “mão na massa”, viver nesse mundo para articular, de uma maneira mais positiva, porque não é possível que seja genética a explicação para essas crianças e adolescentes infratores.

Eu posso até ter a genética do alcoolismo, mas eu não bebo uma gota de álcool e nem os meus irmãos. Isso não é estranho? Eu quero, então, participar dessa pesquisa da genética.

Só para esclarecer, eu estive durante cinco anos na FEBEM fazendo um trabalho em que os alunos vivenciavam tarefas de teatro, de música, de tudo que pudesse fazer. Eu levava para eles, sem ser obrigatório, pois tudo lá é obrigatório e eu levei essa proposta bastante lúdica. No início eu tinha apenas um aluno que quis desistir várias vezes, e é muito complicado; é extremamente difícil quanto à questão dos valores. Tratá-la é a única maneira que eu consegui de obter o respeito daqueles garotos, o que demorou a aprender, e foi mais do que um mestrado o que eu ganhei lá dentro. Foi utilizar o corpo, que é uma coisa importante para eles, enquanto retrato de sociedade.

A primeira imposição era ganhar a confiança deles, pois nada que eu levava era importante, música, etc. Eles diziam que tudo isso era coisa de 'boiola', ridículo, tudo era ruim. Quando eu comecei essa parte do processo, que estamos trabalhando para transformar num livro, quando eu comecei a trabalhar o corpo e deixar aqueles meninos doloridos no outro dia, eles achavam aquilo o máximo. Então dava resultado e eles foram ficando, talvez, "viciados" nisso e foi aí que eu comecei a introduzir questões que eu precisava que eles entendessem: que existem formas diferentes de sentir, de ver.

Nós fizemos cinco espetáculos de teatro, tirando os meninos da hoje chamada "Fundação Casa" e realizando os espetáculos no Teatro Municipal, inclusive algumas pessoas que estão aqui viram. Foi uma transformação pequena, mas hoje, eu encontro os adolescentes na rua e eu não os reconheço, mas eles correm para vir falar comigo e me abraçar e dizem que o teatro foi uma das coisas mais bonitas que eles tiveram na vida e que eles nunca tiveram, antes, a oportunidade de ver o povo olhando para eles como gente.

**Marisa Feffermann** – Eu tenho muito preconceito com relação aos projetos sociais filantrópicos. Uma vez que eu pago impostos, eu sou a favor que o Estado garanta uma escola de qualidade, uma saúde pública de qualidade; eu sou contra o terceiro setor e acho que as coisas estão muito mal paradas. E quando você fala que isso foi importante... eu acho que a academia é até um lugar mais tranquilo, porque a gente só fica denunciando. Nos movimentos sociais nós fazemos outras coisas, mas eu tenho muito medo do que significam essas ONGs porque, eu não sei se vocês assistiram o filme "Quanto vale, ou é por quilo?", que mostra isso: hoje nós temos um terceiro setor que pega dinheiro do Estado e o Estado não se responsabiliza por aquilo que é sua obrigação, de oferecer uma educação de qualidade. Nós pulverizamos as situações o tempo inteiro; as entidades ficam fazendo esse trabalho de culpabilizar os meninos por um lado e montar uma rede, por outro.



Hoje, nós temos os meninos de programa (não de programa sexual, mas aqueles que não têm emprego nem salário e que vão para esses programas sociais) e as ONGs ganham dinheiro do Estado, R\$100,00 para cada menino em seus programas (de consciência, de cidadania).

**Angela Viana Machado Fernandes** - Eu queria falar a respeito dessa questão das organizações e depois tentar buscar uma clareza em relação à FEBEM. Eu acho que tem todo o mérito o seu trabalho e eu tenho o maior respeito por ele. Com relação às ONGs eu queria dizer que, há poucos dias, nós tivemos aqui a defesa de uma tese de doutorado de uma colega nossa, que fala justamente das organizações sem fins lucrativos e, como eu entendi, ela coloca isso como uma alternativa. Eu concordo com você, Marisa, no sentido de achar que o Estado deve cumprir seus deveres com qualidade, mas que não faz. E falando de uma experiência em Araraquara, o que eu vejo nessas organizações é que recebem muito pouco dinheiro de repasse de governo. É claro que elas trabalham com dinheiro público, afinal, qualquer dinheiro que entre ali e que seja doação de alguém para mim é dinheiro público, que só não veio através de algum fundo estadual ou municipal, mas, de alguma forma, é público.

Eu também concordo que é pulverizado, mas para alguns casos, eu acho que é o que se pode fazer de imediato e, aí, eu acho que nós temos alguns trabalhos que devemos respeitar. E o que eu queria dizer, especificamente com relação à FEBEM é que nós não podemos nos esquecer que, com os recursos que a FEBEM recebe por adolescente, em regime de internação dá, sim, para assegurar que seja feito efetivamente um trabalho que garanta. A informação que eu tenho, do custo de um adolescente, era de R\$ 2.000,00 por menino, ao mês. Isso é um dinheiro que, no meu entender, deveria garantir um projeto pedagógico.

**Melina Casari Paludeto** (graduanda em Ciências Sociais) - Eu acho que o resultado que se tem com relação às ONGs não tira a importância do trabalho. O que isso significou para você, ou o que pode significar para outros professores ou para os alunos. Mas, fica no plano imediato, você tem uma ressignificação do mundo, ou daqueles cinco anos no mundo daqueles internos, no plano do imediato. Você tem alunos que dizem que viram a mãe chorar por orgulho, mas o que de fato aconteceu na vida daquele menino depois que ele saiu da FEBEM? O que de fato mudou? Porque, de novo, ele se incluiu ou se excluiu nessa sociedade? Porque você tem a importância do seu trabalho, mas de fato, você tem essas respostas no plano imediato e as experiências ficam meio que num plano particular.

**Augusto Caccia-Bava** - Eu queria entrar nesse debate com a seguinte referência: ouvindo a Marisa e ouvindo a Ângela, me vem um pouco a idéia de que a ideologia liberal está prevalecendo com muita força, no interior do discurso que aqui se critica. O Estado está representando, ou está representado pela ideologia liberal, através dos seus governos e também as ONGs. Mas, uma coisa é combater a globalização, e sobre isso parece que há um consenso entre todos; outra, sobre a qual não há consenso refere-se ao enfrentamento do delito, ou do tráfico, no trabalho realizado no interior das comunidades terapêuticas. Parece-me que essas instituições estão muito envolvidas por essa ideologia liberal, assumindo-se quase que como uma ideologia-força. Explico-me.

Há alguns autores, como Georg Lukács, que chegou a escrever, numa passagem de um de seus ensaios sobre estética, que o máximo que a ideologia liberal produziu, no plano da consciência foi a consciência de culpa. Porque, a ideologia liberal não vai além da consciência de culpa. Disso resulta que, em todas as políticas públicas, liberais ou neoliberais, não se vai além da consciência de culpa. A consequência é que se deve culpar alguém e alguém deve trabalhar, sentindo-se culpado, para reduzir a culpa da ordem dominante, ou das forças dominantes, incapazes de superarem as desigualdades sociais e suas consequências. Então, se culpam os adolescentes pela sua infração e depois, se as instituições cooptam os jovens, para trabalho comunitário, esperam que um dia assumam que são, de fato, culpados.

Nesse momento ele foi cooptado pelo sistema, ele não se emancipou como um cidadão da ordem liberal e, aí, ele vai trabalhar como voluntário, que é um forte valor do sistema dominante, e vai reproduzir o sistema de culpa liberal para transferir a culpa, um pouco para a família, um pouco para o professor, um pouco para a universidade, um pouco para os estudantes, um pouco para os pesquisadores. É isso o que eu queria dizer, para estabelecer um vínculo dessa referência com uma cultura da dependência.

E, nós, não sabemos, agora, porque é que nós pesquisamos. Quando se fala em delito, quando se fala em consumo de droga e quando se fala em recuperação, na perspectiva neoliberal estamos longe de um horizonte maior, que seria um horizonte social-democrata ou um horizonte ideológico socialista, em que a cidadania seria eixo, no sentido vigoroso do termo, o que significaria estarmos diante de um cidadão que, antes de ser culpado, deve ser protegido. Os seus direitos têm que estar presentes, antes de ele ser responsabilizado pelo que ele faz. Mas, hoje, vivemos na sociedade que não protege, que reproduz a consciência de culpa. É a sociedade que difunde a ideologia da culpa.

Mas o que significaria ir além desse horizonte liberal dominante? Significa emprendermos o esforço de buscar a consciência que se forma sobre o consumo, por exemplo, da maconha (uma pesquisa que a Aline Pedro está realizando); ou qual é a consciência que os jovens formam sobre a ocupação de terra, como investiga o Frederico

Firmiano; ou qual é a consciência que se forma na preparação do jovem policial, para defender o cidadão, como estuda o Antonio Alberto Brunetta, aqui presentes. Como nós trabalhamos no horizonte da consciência, já desaparece um pouco aquela ideia que é apresentada como força-eixo do voluntariado ou de filantropia, porque não se trata de poupar o Estado do investimento, trata-se de tomarmos consciência de suas práticas e limites, para superarmos um determinado obstáculo, um determinado desafio.

E há autoridades públicas desta cidade, que operam nesse horizonte. Foi muito curiosa uma experiência que nós tivemos no Jardim das Hortênsias, aqui em Araraquara, quando acompanhamos estudantes num encontro com o juiz da Vara da Infância e da Juventude, Silvio Moura Salles. Elas pediram uma atenção maior para as meninas daquele bairro, dizendo que elas precisavam de uma atenção especializada, voltada para a sexualidade. O juiz respondeu a todos que queria entender de outra maneira esse problema, dizendo que se todos os que trabalham naquele bairro, nas escolas, nos postos de Saúde, na assistência social, tivessem uma consciência maior sobre o que cidadania e democracia, nenhum órgão público precisaria ser agregado àquele local.

Agora eu quero associar essa fala a uma afirmação que faço: a ex-FEBEM custaria menos, a Fundação Casa custaria menos, se a sociedade tivesse uma consciência maior sobre direitos das crianças e dos adolescentes. Eu fui diretor de unidade da ex-FEBEM, em São Paulo, há muitos anos, mas recorro que presenciei situações difíceis de serem superadas, pelo diretor administrativo daquela fundação, com quem eu compartilhava do esforço de reestruturação de uma unidade educacional. Vivíamos impasses mais políticos que administrativos. Por que, lá faltava consciência política democrática, sobre como operar os recursos públicos, em todos os níveis administrativos. E, diante de impasses públicos a solução neoliberal acabou chegando, nos anos de 1980, através da filantropia, pois, já que não dá para implantar políticas conseqüentes, pela força e presença do Estado, vamos pela filantropia, que não é outra coisa do que a fonte de alimentação da consciência liberal de culpa.

**Edilson dos Santos Timóteo** (graduado em Ciências Sociais) – Eu queria falar, na linha que você falou, com relação a esse círculo que acaba, de ser exposto, sobre essa desigualdade, esses conflitos, mas, sobretudo essa desigualdade de classes, que acaba sendo, para mim, o gerador de todos esses problemas. Eu vejo muito essa ideologia da classe dominante que prega o individualismo, o egoísmo, aparecer nas formas como as pessoas se manifestam em relação aos problemas sociais. Eu acho que é bem mais fácil a pessoa se organizar numa ONG para trabalhar dentro da ordem, pois na verdade eles permanecem na ordem social sem questioná-la, continuam dentro do discurso democrático burguês, liberal, tentando realizar as garantias mínimas de um estado-de-bem-estar, para que sejam atendidas no Brasil e em outras partes do mundo.

Mas, para questionar de maneira política orgânica e se organizar, as pessoas não têm coragem de fazer porque é difícil mesmo dar a cara à tapa, para questionar a realidade como ela é e assim, é muito mais fácil montar um ONG ou uma fazenda em algum lugar, porque você de fato não está questionando essa ordem. Nesse sentido, eu estou tirando o mérito dessas pessoas que trabalham em ONGs, pois, apesar de reconhecer que elas se esforçam, no fundo, a reprodução da sociedade continua a mesma e, se daqui há vinte anos essa ação não mudar, ainda existirão pessoas dependendo do trabalho dessas ONGs, dependendo do trabalho dessas comunidades terapêuticas e da filantropia, porque questionar o capitalismo e a elite dominante é realmente muito mais difícil.

Eu acredito que enquanto não houver esses questionamentos dessas organizações políticas partidárias e dos movimentos sociais mais intensos, nós continuaremos rodando nesse círculo que, já que estamos falando de vício, é um círculo vicioso que não para de se reproduzir.

**Gisele Fernanda Alves Lopes** (graduanda em Ciências Sociais) – Eu acho que nesse debate, há coisas que estão muito conscientes. Nós fizemos um debate anteontem, organizado pelo pessoal de CAFF (Centro Acadêmico Florestan Fernandes, do curso de Ciências Sociais), a partir da projeção do filme “Notícias de uma guerra particular”. Embora nós estejamos na Universidade, no debate surgiu essa idéia de que ‘mente vazia é a oficina do diabo’, de maneira muito forte. Eu acho que esse tipo de discurso acaba esquecendo a condição material desses jovens, e é esse o tema que eu pretendo desenvolver na minha monografia. Eles querem se inserir na sociedade de consumo, porque eles não estão inseridos, porque eles não poderiam se inserir, ganhando um salário mínimo ou conseguindo outro emprego, se conseguirem.

Existem trabalhos de educação com os jovens, que são interessantes, que oferecem atividades que eles não poderiam ter de outra forma como o teatro, o jogo de tênis, jogo de xadrez e coisas ligadas a uma cultura que não condiz com a realidade deles e que eles não conseguiriam obter. Isso é bom, porque pode abrir novas perspectivas e novos horizontes para eles. Mas, enquanto eles não tiverem a base material, eu acho que é manco.

É claro que não está em nossas mãos, individualmente, combater ou resolver essa questão porque, então, acabaria caindo na questão de que essas pessoas são desocupadas e a forte idéia de que nós temos que controlar o mal; que o mal se difunde e a família, ou o Estado, ou a igreja, alguém precisa controlar esses jovens, porque eles têm uma força interna do “mal”, que se espalha e, no final, acaba criando aquelas coisas da natureza e da cultura, como se as forças da ordem e da civilização fossem controlar essa natureza maléfica. Eu acho que nós precisamos colocar as coisas em seus lugares.

**Melina Casari Paludeto** – Eu quero recolocar a minha fala, a respeito da questão do imediato, pois ela voltou com a fala do professor. Eu acho que há uma diferença entre conscientização e informação. Eu estou trabalhando com o Paulo Freire e eu tenho me enroscado, um pouco, nesse momento dele, porque ele fala muito de conscientização e que a luta vai partir da conscientização. Esse é o meu imbróglio com ele, por que o que garante que a partir da conscientização haverá um processo revolucionário, ou, para não dizer revolucionário, haverá um processo de mudança? Eu acho que fica muito complicado (para não dizer idealista) partir da idéia para mudar algo, e é um pouco como a Gisele falou, eu acho que a necessidade é de se mudar o plano material.

Eu acho que nesse caso, a informação é necessária, pois a informação é uma forma de você garantir uma base material, porque a informação precisa de todo um antecedente. As ONGs nascem daquele sentimento de culpa de que é preciso fazer algo, já que o Estado não faz. E, aí, também entra a questão da conscientização, mas eu tenho a impressão, com os meus estudos, de que nós voltamos e continuamos reproduzindo a ordem, porque eu não consegui enxergar ainda a dimensão, a partir do plano da conscientização, da garantia de que haverá uma mudança. Porque, novamente é jogada para o indivíduo a tarefa de agir por se sentir culpado ou não agir, por não se sentir culpado.

**Augusto Caccia-Bava** – Eu vou falar bem rápido sobre a questão da consciência. Eu dei um exemplo de uma autoridade pública, dizendo que o problema não é o de expandir o número de instituições, não é fracionar o atendimento e o distribuir pela cidade, mas que é de consciência política, de que se deve intervir. Isso a autoridade pública estava dizendo, mas eu queria reconhecer que, realmente, essa afirmação, ela ainda não é completa, porque eu diria que não basta só tomar consciência. Nós podemos partir de um horizonte teórico, que eu estou trabalhando, que é o de Gramsci, para buscar as referências de um confronto possível na sociedade, ou de um confronto que deve ocorrer, não só de concepções de sociedade, que precisamos construir, de “democracia possível”, pois isso ainda é ideologia liberal. Devemos pensar qual é o confronto que nós queremos estabelecer na sociedade. E de onde parte a idéia do confronto? Do lugar que ocupamos. E o lugar em que nós estamos nos indica o que é inadmissível na sociedade.

Então, ao definirmos o que é inaceitável, nós partimos para o confronto e, do confronto, surge uma consciência política. Como por exemplo, o movimento nacional de meninos e meninas de rua, que surgiu de um confronto. Não foi um passeio que fizeram os organizadores do Fórum Nacional e do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Eles iniciaram um confronto com o Estado, ainda no período da ditadura. Surgiram

os conselhos, surgiu o Fórum Nacional e surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é produto de confronto, mesmo dentro da ordem.

Eu acho que esse horizonte de intervenção é importante. Se nós dissermos o lugar de onde nós estamos falando, de onde nós estamos pensando, de estudantes, de professores universitários, de pesquisadores e representantes de conselhos locais de defesa de direitos. O lugar de pesquisadores, comprometidos com projetos dentro da sociedade e, também, de educadores. Se nós pensamos que lugar é esse, então nós temos que falar do nosso lugar. Não podemos camuflar o nosso lugar, falar a linguagem do adversário, falar a linguagem da classe dominante, sem ser classe dominante. A classe dominante tem todo o direito de falar de expressar-se na sua linguagem, nós não, se nós não somos parte dela. Nós temos que falar a linguagem das nossas referências históricas e políticas, de outras classes.

**Angela Viana Machado Fernandes** – Ao mesmo tempo, eu acho que nós devemos tomar certo cuidado. Eu não terminei o meu histórico, mas voltando, eu fui fazer o meu pós-doutorado na Espanha, em Direitos Humanos, voltado para a criança e para o adolescente. Nesse sentido, a grande discussão que se coloca é a seguinte: os direitos humanos, voltados para a criança e para o adolescente têm muito em vista o adulto e não a criança e o adolescente e, aí, é sempre alguém falando de alguém. Muitas vezes, nós montamos hipóteses aqui dentro (é claro que nós temos que montar hipóteses para irmos atrás do nosso objeto de pesquisa), que partem do nosso olhar, pois é isso o que o Augusto está dizendo, do nosso jeito de ver a vida e de entender o mundo, e que não são essas as respostas de ‘como é que será?’.

Mas será que o indivíduo não tem consciência? Será que aquele grupo que mora no Jardim das Hortênsias não tem consciência das suas dificuldades? Será que é preciso que vá até lá um intelectual, ou alguém que os “cutuque” e diga para eles gritar e pegar em armas? Essa nossa visão é muito egocêntrica, como se nós tivéssemos o domínio e isso não é verdade. Essa mudança, essas mudanças de mundo, esse novo olhar ou essa ressignificação é importante para nós, claro, porque nós estamos na academia, mas nós precisamos escutar o outro e ver quais são as ações do outro também. Eu vejo muitas vezes nós tomando a palavra e dizer que eles não vão ter consciência, ou somente um ou dois. Eu acho que nós temos que ir um pouco devagar com as nossas ansiedades em relação ao outro.

**Marisa Feffermann** – Eu penso em como é que nós lidamos com essa realidade. A realidade é essa, uma política em que alguns estão sobrando e tem que ser exterminados. O Estado de bem-estar social no Brasil nunca aconteceu e nós tentamos remediar a situação. Eu, enquanto psicóloga, não quero questionar o que você disse com

relação à sua experiência pessoal, pois eu sei que tem um significado. Eu acho que tem uma pesquisa interessante para ser pensada, talvez sempre levando em conta essa realidade maior, para então se dizer que foi vivida uma experiência e que isso possibilitou algumas coisas.

Para poder tentar entender até que ponto isso pode significar ou não consciência é uma coisa bem mais complexa (nós não estamos desconsiderando a importância de uma pesquisa como essa), mas devemos tomar cuidado para não virar aquele discurso de achar que o indivíduo sozinho pode conseguir muita coisa. A questão seria: que você viveu uma experiência e pode sair dela, e entender o porquê dessa questão. Por estarmos na academia, podemos arriscar pensar que não são os R\$ 2.000,00 para cada internado que resolvem, e não vão resolver com três, nem quatro mil, pois ninguém sobrevive encarcerado. O encarceramento não possibilita a reconstrução, a expiação de uma culpa. Se esses R\$ 2.000,00 fossem dados à família desse menino, dessa menina, se essa lógica fosse ressignificada (e nem é preciso pensar em uma sociedade na qual nós acreditamos, ou que eu acredito) em uma sociedade socialista onde as pessoas possam deixar de pensar o capital como a grande questão, para poder ressignificar a sua vida com base em outro referencial. Podemos até considerar que não seja isso, podemos pensar que esse dinheiro para essas pessoas não vai adiantar, pois não são dois, três ou quatro mil.

Voltando à fala do Edílson, quero dizer que nós convivemos com essas pessoas que fazem trabalho social e nós precisamos tomar cuidados, pois parece que estamos falando mal das pessoas e, na verdade, não é isso. Mas é claro que esse trabalho social vem da perspectiva de uma classe média culpada desempregada, que tenta responder os problemas enxugando o gelo (eu achei perfeito o discurso do Augusto). Eu acho importante que nós pensemos onde nós estamos gastando a nossa energia, pois, pensando na questão mais objetiva, e deixando a mais complexa de lado, nós investimos em uma escola que garanta, minimamente, a informação e nos contentamos com isso sobre vários pontos de vista. Eu acho que nós da academia temos essa oportunidade. Eu discordo um pouco da Ângela, pois, sendo adorniana, eu digo que nós vivemos num momento muito administrado e que não dá para pensarmos (eu sei que não foi isso que ela falou) que na periferia eles têm consciência. Eu acho que está muito difícil. A indústria cultural perpassa as ideologias e o 'estar bem' é sinônimo de ter alguma coisa e que, na verdade, é a possibilidade de 'estar junto', mas não de achar que existe uma verdade.

**Angela Viana Machado Fernandes** – Eu concordo com você, mas eu acho que existem muitas coisas que nós colocamos como prioridades e que, na verdade, podem ser outras. O Augusto deu um exemplo das estudantes universitárias que foram até o

juiz para pedir algo. Então, quer dizer que há um movimento e que nós temos que respeitar esse movimento e deixar de achar que nada está ocorrendo.

**Marisa Feffermann** – Sim, mas isso é uma coisa e nós estamos vivendo num momento muito difícil. Eu fico feliz de estar aqui com pessoas preocupadas, porque é isso. O pessoal do curso de Ciências Sociais fez um debate e, nós, vemos muito crescimento, muitas possibilidades, muita criatividade. Nós queremos ter tempo! Eu quero ter tempo de pensar, de ler, de ressignificar. E, também, é muito bom sentir prazer.

Quando nós discutimos violência, quando nós discutimos a organização dos movimentos sociais das crianças e dos adolescentes, é porque nós queremos ser felizes, é porque queremos outra sociedade e não porque queremos ser violentos, ou porque nós adoramos isso, pelo contrário, nós devemos olhar para isso e enfrentar. Nessa perspectiva, eu não sei o que é consciência, porque quando você traz - e eu acho legal esse jeito que você traz essa questão - porque nós, educadores, gostaríamos de, em cada aula, em cada palestra, em cada discurso, falar sobre a consciência, mas isso se dá num processo, e se dá num processo de você ser agente dessa história, onde você, na prática, ressignifica a sua prática.

Existe outra possibilidade, agora, se isso vai acontecer ou não, nós não temos certeza nenhuma, e eu acho que isso está muito claro. Poder estar ressignificando, questionando. Nós tentamos pensar numa normalidade, mas isso é mentira, tanto que ninguém é normal e o conflito é necessário. É o conflito que possibilita a ressignificação, se não fosse assim, Marx não teria trazido a questão da dialética, do confronto e aí o sentimento de culpa, essa visão linear, instrumental, que não possibilita qualquer discurso, que não seja esse tal do normal. E eu acho que aí eu vou aproveitar e falar como que nós não estamos nesse senso comum e vou contar para vocês uma experiência que está acontecendo em São Paulo, e vou falar para vocês participarem dessa história, pois vai acontecer esse ano.

Comecei a falar sobre a criminalização da criança e do adolescente e, um dos nossos companheiros, que é do Movimento Negro Unificado, o MNU, esteve nos EUA, onde aconteceu o “Tribunal Popular: o Estado americano no banco dos réus”, em New Orleans, onde a maioria da população é negra e foi desconsiderada como gente e morta pelo furacão Kathrina. Nós, aqui, dizíamos que os meninos estavam morrendo, que eram criminosos e, então, paramos para pensar. Vocês estão convidados a participar do “Tribunal Popular: o Estado brasileiro no banco dos réus”. São 60 anos da declaração dos Direitos Humanos e o nosso ministro dos Direitos Humanos está indo para Paris receber um prêmio, pela data e nunca morreu tanta gente no Brasil.



**Augusto Caccia-Bava** – Vamos caminhar para o encerramento desse seminário temático, porque outros ainda serão realizados e todos eles vão abordar questões relacionadas ao que se discutiu aqui. Nós vamos buscar desenvolver esse debate no grupo temático Segurança Urbana e Juventude, que está aberto à participação de todos.

**Angela Viana Machado Fernandes** – Eu acho que esse encontro vem para fortalecer a idéia de que nós devemos unir os nossos grupos e fazer as nossas pesquisas ficarem mais próximas uma das outras. A Aline Pedro e eu estamos na comissão de Direitos Humanos aqui, no município e nós estamos agendando alguma atividade para esses dias de dezembro.

**Marisa Feffermann** – Eu só queria agradecer. Foi um prazer conhecer vocês e é muito bom saber que nós temos parceiros.